

ELIO GASPARI

registro global.com.br
eduardo.gasp@registro.com.br



Segurança loteada

Ricardo Lewandowski assumirá um Ministério da Justiça transformado em algo parecido com a mal falada Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba). Pela primeira vez na história dessa pasta já ocupada por Diogo Feijó (1832-1833), Bernardo Pereira de Vasconcelos (1837-1839) e Tancredo Neves (1953-1954) discutiu-se o preenchimento de cargos no seu segundo escalão a partir de critérios partidários ou regionais.

O PT quer cadeiras ocupadas pelo PSB e seria desmontada a "República do Maranhão" criada por Flávio Dino. Nenhum dos prováveis degolados foi classificado como incompetente e nenhum dos prováveis sucessores é louvado pela competência em questões de segurança pública. Trata-se apenas de discutir a filiação partidária ou a origem regional. Pior: prevalece nas aspirações a massagem dos egos de candidatos interessados em melhorar seus contatos e polir seus currículos.

Na campanha eleitoral, quando o tema da segurança pública teve a importância que merecia, Lula prometeu dividir o ministério. Na cadeia, atendeu às ponderações de Flávio Dino e Lewandowski, desistindo da ideia.

Enquanto isso, o Brasil vive numa tempestade perfeita. O crime organizado cresce e tem 53 quadrilhas. Na outra ponta, aumentou a letalidade policial sobre os pobres inclusive em áreas governadas pelo PT.

Como o Ministério da Justiça tem a maior quantidade de advogados por metro quadrado, o problema da segurança pública é enfrentado com planos e regras que servem para nada. A passagem de Flávio Dino pela pasta confirmou essa anomalia.

Lewandowski anunciou que combatere o crime organizado será a prioridade de sua gestão. O que ele fará com essa prioridade, só Oxalá sabe. É de justiça reconhecer que o comando da Polícia Federal ficou fora do loteamento. Seu atual diretor, Andrei Rodrigues, deverá continuar no cargo.

Lewandowski quer preencher os cargos de confiança com pessoas da sua confiança. É uma ideia que conforta o ministro, mas tem pouca serventia.

Confiança é uma coisa, competência é outra.

A segurança pública dos Estados Unidos deveu a J. Edgar Hoover a criação do Federal Bureau of Investigation. Ele ficou no cargo



de 1935 até sua morte, em 1972. Sujeito testável, passou por seis presidentes. Pelo menos três não confiavam nele. Robert Kennedy, seu superior hierárquico, achava que era maluco. Lyndon Johnson manteve-o no cargo com uma explicação simples: "É melhor tê-lo urinando para fora do que tê-lo urinando para dentro".

Implacável com inimigos e bandidos, Hoover era um competente puta-saca. Varginha de Johnson por cerca de 20 anos, deu-lhe de presente um cachorrinho e quando o bicho morreu, mandou-lhe outro.

Hoover trabalhou em duas direções. Organizou uma polícia federal técnica, disciplinada e praticamente incorruptível. Além disso, federalizou crimes que eram tolerados nas jurisdições estaduais. Policiais e juizes corruptos tinham seus agentes.

OS SISTEMAS NÃO SE COMUNICAM

Vários especialistas em segurança pública queixam-se porque os diversos bancos de dados não se comunicam.

Antes de comprar novos equipamentos, seria boa ideia chamar quem comprou as traquinças atuais. O fornecedor sabia que seu sistema não falaria com o outro.

EREMILDO, O IDIOTA

Eremildo é um idiota e acredita ter percebido um padrão na defesa da moralidade pública e na sua vulnerabilidade.

De uma maneira geral, o cidadão começa a delinquir no ano Zero. No ano Um o doutor é exposto, mas nega os malditos. No ano Dois ele começa a ser investigado. No ano Cinco, se a culpa estabelecida, ele é condenado e vai para a cadeia, condenada a duras penas. Na pior das hipóteses, por volta do ano Dez é libertado por algum benefício, revisão ou indulto.

Libre, caso ele circule no andar de cima e disponha de bons advogados, no ano Quinze consegue na Justiça a anulação das penas a que foi condenado por motivos que nada tem a ver com a essência das malditorias. As denúncias de irregularidades em quatro ministérios de hoje estão no ano Um.

Esse padrão só vale para o andar de cima, no de baixo a vítima fica na cadeia mesmo sem culpa formada.

MADAME NATASHA COM EREMILDO

Madame Natasha tem horror a Eremildo porque ele é um cretino confesso, mas asso-

ciou-se a ele e concedeu uma de suas bolsas de estudo ao secretário-geral da Presidência, Márcio Macêdo, que atribuiu a um "erro formal" três de seus assessores terem viajado para festas em Sergipe, com passagens e diárias pagas pela Vivva.

Nas suas palavras: "Houve um erro formal do meu gabinete, erro de procedimento, que isso nunca mais se repetirá".

Natasha acredita que o doutor falou demais. Não precisava enfiar o "formal" na confissão. O erro seria formal se a trínca tivesse pedido passagens para Aracaju e tivessem sido mandados para Roraima.

FESTAS NAS BANCAS

Os repórteres Jéssica Sant'Ana e Marcelo Ribeiro revelaram que o governo criará 19 grupos de trabalho para regulamentar a reforma tributária. Além disso, a nova ordem exigirá uma penca de leis complementares para esclarecer 71 pontos cegos. Nos estados os subgrupos serão 21. Estimando-se que cada grupo tenha cinco pessoas, serão 200 os burocratas convocados.

É possível que a reforma simplifique o sistema tributário nacional, mas até lá, a balbúrdia fará a alegria de burocratas, parlamentares e advogados.

GUARDA NACIONAL

Pelo andar da carruagem, há uma pequena possibilidade de que reapareça a ideia de se criar uma nova repartição policial. Seria a criação de uma Guarda Nacional. Depois do 8 de janeiro de 2023 essa ideia circulou no comissariado petista e, aos poucos, foi esquecida.

A quem interessar possa: As instituições militares detestam a Guarda Nacional desde o fim do século XIX. No início de novembro de 1889 falava-se na transferência de batalhões sediados no Rio e no fortalecimento da Guarda. Na noite do dia 14 começou um levante e no dia 15 estava proclamada a República.

ASTRELA DE CAMILO

A estrela do ministro da Educação, Camilo Santana, brilhou quando ele governou o Ceará. Com um ano no Ministério da Educação, começou a piscar.

Ele entrou com o pé esquerdo. Um dos primeiros anúncios do MEC sob sua gestão foi a suspensão dos planos para se aplicar eletronicamente as provas do Enem.

Continuar aplicando as provas de papel pode ser conveniente, mas fechar a porta para a prova eletrônica é exercer a opção preferencial pelo atraso.

ELEIÇÃO MUNICIPAL

As vezes as eleições municipais soam sinais de fumaça que prenunciam os dilemas da sucessão presidencial.

Em 2020, a eleição municipal sinalizou o esgotamento da maré que em 2018 havia alimentado o bolsonarismo.

Em 2018, a jornalista Joice Hasselmann elegeu-se deputada federal com mais de um milhão de votos. Dois anos depois disputou a prefeitura de São Paulo e saiu do jogo com 98,2 mil votos.

O ex-capitão e seu entorno desprezaram o sinal.

Após lei de Tarcísio, Bolsonaro tem multa na pandemia anulada

Justiça de São Paulo cancelou cobrança de pouco mais de R\$ 370 mil

JULIANA NOVA
juliana.nova@globo.com.br

A Justiça de São Paulo anulou uma multa de pouco mais de R\$ 370 mil aplicada contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por deixar de usar máscara durante a pandemia da Covid-19. Ele é alvo de uma série de processos no tribunal por descumprimento de regras sanitárias no estado, somando mais de R\$ 1 milhão em pagamentos devidos.

A decisão, expedida na quinta-feira, atendeu a pedido apresentado pela defesa de Bolsonaro pela extinção da ação, após a Fazenda de São Paulo cancelar os débitos do ex-presidente. Os advogados entenderam o pedido a

outros casos similares que correm no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), mas ainda não foram acolhidos. A anulação foi possível após lei sancionada pelo governador do estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ex-ministro de Bolsonaro, que anistia multas aplicadas a quem descumpriu medidas sanitárias durante a pandemia, publicada em novembro passado. Ao todo, Bolsonaro soma R\$ 936.839,70 em multas por não usar máscara de proteção em atos públicos em São Paulo. Os casos foram levados à Justiça pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) diante da não efetuação dos pagamentos.

Não no âmbito federal, o procurador-geral da República,

Paulo Gonet, disse à colunaista do GLOBO Miriam Leitão que vai reanalisar o material apresentado pela CPI da Covid, o que pode afetar Bolsonaro. A gestão anterior da Procuradoria-Geral da República (PGR), de Augusto Aras, havia pedido o arquivamento da maioria das apurações preliminares abertas contra o ex-presidente e aliados a partir do relatório da comissão parlamentar de inquérito.

SANCÕES

Em São Paulo, em junho passado, o Tribunal de Justiça bloqueou R\$ 164.860 nas contas do ex-presidente no âmbito de duas ações. Todos os cinco processos tramitam na primeira instância e



Perdoador. Jair Bolsonaro havia sido punido por não usar máscara

são referentes a momentos em que Bolsonaro foi flagrado ignorando os protocolos ao longo de 2021. Foram executados os bloqueios de R\$ 88.938 no dia 12 de junho, e de R\$ 75.921 em 13 de junho. Três ações instauradas no dia 11 de janeiro do ano passado pedem

que Bolsonaro pague R\$ 370 mil, R\$ 55,5 mil e R\$ 77,4 mil ao estado de São Paulo. Há também um processo distribuído em 24 de abril, pedindo que o ex-presidente quite R\$ 57 mil e outro, de 23 de maio, que cobra o pagamento de R\$ 376,8 mil. Em um dos processos, em

que foi aplicado o bloqueio de R\$ 88,9 mil, a defesa de Bolsonaro chegou a pedir que a restrição fosse imposta a um imóvel do ex-presidente, alegando que a limitação na conta bancária "atingiu todas as suas reservas financeiras". Os advogados argumentaram na ocasião que a decisão pelo bloqueio "abarcou verbas impenhoráveis". Apoiadores do ex-presidente fizeram uma vaquinha para ajudá-lo a pagar as multas. Um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão de combate à lavagem de dinheiro, apontou que uma conta bancária do ex-presidente recebeu R\$ 17,2 milhões por meio de transações via Pix. As operações foram realizadas entre 1º de janeiro a 4 de julho do ano passado. O documento do Coaf diz que os valores são "atípicos" e se referem "provavelmente" à campanha de arrecadação feita por Bolsonaro para pagar as multas.